8ª Legislatura - 4ª Sessão Legislativa

4 de julho de 2018

Ata da Ducentésima Décima Terceira Sessão Ordinária

Às quinze horas do dia quatro do mês de julho, do ano de dois mil e dezoito, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pela Senhora Deputada Luana Ribeiro, secretariada pelos Senhores Deputados Jorge Frederico, Primeiro-Secretário e Cleiton Cardoso, Segundo-Secretário. "Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense", a Senhora Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Cleiton Cardoso, Eduardo do Dertins, Elenil da Penha, Eli Borges, Jorge Frederico, José Bonifácio, Júnior Evangelista, Nilton Franco, Olyntho Neto, Osires Damaso, Paulo Mourão, Ricardo Ayres, Rocha Miranda, Toinho Andrade, Vilmar de Oliveira, Zé Roberto Lula e da Senhora Deputada Solange Duailibe. Estavam ausentes os Senhores Deputados Amélio Cayres, Eduardo Siqueira Campos, Valdemar Júnior, Wanderlei Barbosa e as Senhoras Deputadas Amália Santana e Valderez Castelo Branco. Após a leitura do Texto Bíblico, a Senhora

Presidente, por falta de quórum, transferiu a deliberação das Atas das Sessões anteriores para a Sessão subsequente. Não havendo Expedientes a serem lidos, passou-se à Apresentação de Matérias. Foram entregues os Projetos de Lei que receberam os números 68 e 69/2018, de autoria do Senhor Deputado Olynhto Neto; 70/2018, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Cardoso; 71/2018, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico; e os Requerimentos que receberam os números 651 a 659 e 662 a 665. Em seguida, foram aprovadas as urgências do Projeto de Lei que recebeu o número 71/2018, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico; e o Requerimento que recebeu o número 659, de autoria da Senhora Deputada Solange Duailibe. Logo após, a Senhora Presidente, com aquiescência do Plenário, suspendeu a Sessão pelo prazo de até uma hora, para Reunião Extraordinária nas Comissões, reabrindo-a às dezenove horas e vinte e oito minutos. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à Ordem do Dia. Foi anunciado, em turno único de discussão e votação, o Recurso ao Plenário, de autoria do Senhor Deputado Rocha Miranda, que “recorre ao Plenário da decisão da Comissão de Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transporte, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público, referente ao Processo número 204/2017, de autoria do Senhor Deputado José Augusto Pugliesi, que “dispõe

sobre a cobrança de ICMS nas contas de serviços públicos estaduais utilizados por Igrejas e Templos de qualquer culto", o qual votado, foi aprovado e segue à tramitação normal. Foram anunciados, em primeira fase de discussão e votação, os Projetos de Lei números: 42/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, que "autoriza o Poder Executivo a ceder à União, em favor do Tribunal Regional do Tocantins – TRE/TO, o uso de bem que especifica", que deu origem ao Processo número 267/2017; 55/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, que "autoriza o Poder Executivo a ceder à Polícia Rodoviária Federal o uso das instalações fiscais que especifica, e adota outras providências", que deu origem ao Processo número 306/2017; 18/2017, de autoria do Senhor Deputado Paulo Mourão, que "acrescenta artigos à Lei número 2.994, de 20 de julho de 2015", que deu origem ao Processo número 47/2017; 27/2017, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que "concede Título de Cidadão Tocantinense ao Professor e Advogado Sady", que deu origem ao Processo número 31/2017; 92/2017, de autoria do Senhor Deputado Olyntho Neto, que "institui o Cadastro para Bloqueio do Recebimento de Ligações de Telemarketing, e dá outras providências", que deu origem ao Processo número 184/2017; 106/2017, de autoria da Senhora Deputada Valderez Castelo Branco, que "institui o Programa de Fiscalização e

Cadastro de Jovens Moradores de Rua e dá outras providências correlatas", que deu origem ao Processo número 146/2017; 118/2017, de autoria do Senhor Deputado Alan Barbiero, que "altera a Lei número 2.034, de 16 de abril de 2009 e dá outras providências", que deu origem ao Processo número 164/2017; 196/2017, de autoria do Senhor Deputado Mauro Carlesse, que "torna obrigatória a divulgação oficial da lista dos inscritos nos programas habitacionais no Estado do Tocantins", que deu origem ao Processo número 273/2017; os quais votados, foram aprovados e encaminhados à segunda fase de discussão e votação. Foram anunciados, em fase única de discussão e votação, os Requerimentos números: 460, 235, 312, 345, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 221, 223, 224, 225, 236, 237, 240, 241, 357, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 203, 204, 215, 216, 217, 229, 230, 238, 239, 243, 214, 226, 228, 253, 325, 395, 396, 397 e 410, os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para providenciar. Em seguida, a

Senhora Presidente colocou em discussão e votação o Requerimento que recebeu o número 669, de autoria da Comissão Executiva, que requer a convocação de Sessão Extraordinária, nos termos do art. 80, §1º, 137 do Regimento Interno, dispensando-se todos os interstícios regimentais, para apreciação dos processos números 226/2015, 325/2016, 25/2017, 31/2017, 47/2017, 78/2017, 144/2017, 146/2017, 164/2017, 219/2017, 238/2017, 244/2017, 251/2017, 267/2017, 273/2017, 184/2017, 291/2017, 294/2017, 295/2017, 306/2017, 339/2017, 12/2018, 21/2018, 27/2018, 33/2018, 38/2018, 41/2018, 44/2018, 46/2018, 47/2018, 49/2018, 53/2018, 58/2018, 73/2018, 74/2018, 76/2018, 77/2018, 81/2018, 82/2018, 85/2018, 86/2018, 87/2018, 88/2018, 90/2018 e 93/2018, o qual, foi aprovado. Logo após, a Senhora Presidente encerrou a Sessão às dezenove horas e cinquenta e quatro minutos, convocando Sessão Extraordinária para dentro de dois minutos. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário ***Presidente*** ***2º Secretário***